



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia nove de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 22, de 29 de janeiro de 2021, que “Estabelece medidas de contingência da proliferação da Covid-19 (coronavírus) e diretrizes para realização da sessão plenária virtual (remota) no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária Virtual do dia vinte e três de fevereiro e a Ata da Reunião Solene Virtual do dia oito de março, ambas do ano de dois mil e vinte e um, foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por nove votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.009/2021, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e remissão fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 2.013/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera o art. 90 da Lei Municipal nº 2.590/2017, autorizando o pagamento do incentivo à docência aos professores da rede municipal de ensino, enquanto durar o estado de calamidade público reconhecido pelo Decreto Municipal

nº 10.065, de 11 de maio de 2020 e prorrogações”. Após leitura, vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de falar”. Senhor Presidente: “pois, não?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “eu gostaria de pedir aos nobres colegas que a gente possa pedir dispensa de interstícios, nesse caso, pois sou professora e sei o quanto é importante que a gente retome isso o quanto antes para o pagamento dos mesmos”. Senhor Presidente: “Juliana, por favor”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “boa noite a todos e todas. Eu iria pedir o mesmo que a Viviane, por entender a urgência de a gente votar isso logo. Então, Viviane, conte com o meu apoio nessa questão”. Senhor Presidente: “pois não, Álvaro? Vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “colegas vereadores, boa noite. Essa iniciativa que o governo apresenta, nesse início de mandato, sou suspeito para falar porque, inclusive na justificativa lida agora pela Secretária, no texto traz a informação de uma lei do ano passado. Eu quero fazer jus aqui à história e, na pessoa do colega Thiago Almeida, relembrar a memória aqui do pai dele, o Soldado Flávio, um grande parceiro, amigo que tive no mandato passado, uma amizade construída no início do mandato, mas que vai se perdurar por toda a vida e está se refletindo agora, na presença aí do Thiaguinho, gentilmente o chamo de Thiaguinho. Mas nós fomos autores, no ano passado, de um projeto de lei a pedido, inclusive, de algumas professoras. Eu quero só contextualizar aqui para que todos que porventura estejam nos assistindo, possam entender o histórico desse projeto de lei. Em maio do ano passado, procurado por algumas professoras, elas nos solicitaram que apresentasse esse projeto, alterando o texto do artigo noventa do Estatuto do Servidor que traz, ali, a criação de um critério de avaliação mensal para cada professor, para cada professora, para que eles fossem avaliados mensalmente e, mediante o cumprimento dessas metas, eles pudessem receber os cem por cento do



incentivo à docência, que representa vinte por cento do salário base da categoria. Só que, por não ter sido culpa de nenhuma delas, professoras e professores, eles não poderiam cumprir essas metas mensais, por conta da Pandemia que eles não estavam tendo aulas presenciais. E um dos critérios, por exemplo, é o cumprimento do horário, a assiduidade em sala de aula, então, assim, não tinha como eles cumprirem, repito, por não terem culpa da Pandemia. E a ideia desse projeto, portanto, era que a gente suspendesse essa avaliação mensal e que eles pudessem receber até o final do ano ou, bem lembrado até pelo governo, estava no texto da lei proposto por mim e pelo vereador Flávio, até o final do ano ou enquanto durasse a Pandemia. E aí, apesar de inclusive algumas críticas recebidas, o governo passado sancionou essa Lei e fez jus, as professoras mereceram isso e nós, portanto, conseguimos que aquele projeto, até em então, se tornasse Lei e as professoras e professores fizessem jus ao recebimento de cem por cento da gratificação do incentivo à docência. No início desse ano, inclusive, no final do mês de janeiro ou início, não me recordo agora a data exata do pagamento da folha referente ao mês de janeiro, o governo fez o pagamento da gratificação para todos os servidores, professoras e professores. E me foi passado, inclusive, pelo governo, que o meu projeto ainda estava válido, ele estava vigorando porque o texto trazia aquela informação de que até trinta e um de dezembro ou enquanto perdurasse a Pandemia. Só que o meu projeto, e aí fazendo jus aqui, sendo justo com o governo e explicando, inclusive, para que fique registrado, inclusive, na Ata da Câmara Municipal, o meu projeto de lei, inclusive, lido aí pela Secretária muito bem, ele fazia referência ao



Decreto Legislativo nº 6, do Congresso Nacional, e o João Marcelo, agora na condição de prefeito, ele prorrogou o estado de calamidade pública, através de um Decreto Municipal, portanto, ele entendeu, por bem, ao lado da sua equipe jurídica, que precisava apresentar esse novo projeto de lei para vincular o pagamento da gratificação de incentivo à docência não mais ao Decreto Legislativo Federal, mais a um Decreto Municipal. Portanto, só para esclarecer para as professoras e professores que, com razão, questionaram o não pagamento dessa gratificação agora no mês de fevereiro, está sendo proposto esse novo projeto de lei. Que além de já, muito bem pedido pelas duas vereadoras que me antecederam, para que se suspendam os pareceres, inclusive que, por gentileza, Presidente, a gente vote ainda hoje, não só suspenda os pareceres, mas que a gente vote em primeiro e segundo turno hoje, esse projeto de lei. E deixando até claro, um pedido, de antemão, que a prefeitura lance uma folha de pagamento suplementar, até antes do dia quinze, se a gente conseguir aprovar esse projeto hoje, em dois turnos, para que, ainda nesse mês, todos esses servidores, recebam essa gratificação, que é de direito de cada um dos professores e professoras. Então, eu cumprimento o governo por encaminhar, novamente, esse projeto de lei e agradeço muito por ter atendido a um pedido e fico muito feliz de ter sido reconhecido através desse novo projeto, que faz referência a um projeto, viu, Thiaguinho? Sinta-se orgulhoso do seu pai porque ele foi um baita de um vereador no mandato passado. Então, é isso. Eu acho que está muito bem esclarecido agora esse ponto para todos”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “Thiaguinho, pois não?”. Vereador



Thiago Felipe de Almeida: “vereador Álvaro, aos demais, gostaria também de cumprimentar. Está ouvindo? Agora está? Gostaria de cumprimentar o vereador Álvaro, os demais colegas, pela postura, Álvaro, que vocês tiveram no último mandato, você, quanto o meu pai, pela luta junto com a classe dos servidores, dos professores. Viviane também, que aqui se encontra, tem uma luta com os professores. Juliana que é filha de professor, não é, Ju? Claudinho, sua esposa também é professora. Eu acho que é mais que válido e justo, a briga é de todos. E da forma que vocês brigaram no último mandato, você e meu pai, foram defensores mesmo da classe, eu quero te parabenizar, parabenizá-lo também. Pode ter certeza de que nós vamos continuar com essa luta com toda a classe. Eu tenho certeza de que os demais colegas também. Parabéns, vereador”.

Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a proposta das vereadoras Viviane Matos e Juliana Sales. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Nove votos. Será colocado em votação, em segundo turno”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.999/2021, autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício de 2021”. Após leitura, Senhor Presidente: “pois não, Thiaguinho?”.

Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, pedir a dispensa de interstícios e que vote a primeira e segunda votações hoje, nesse projeto, que é de grande importância para a cidade”. Senhor Presidente: “pois não, Tiago? Vereador Tiago”.

Vereador Thiago Almeida Tito: “Presidente, boa noite. Boa noite, demais vereadores e vereadoras,



público que nos assiste pelas redes sociais. Eu imaginei que teria pedido, provavelmente, da votação, tanto da LOA e, provavelmente, deve ter o pedido também da Lei de Subvenção para que seja votado hoje. Eu tenho ciência e, inclusive, eu sou autor de duas emendas e elas não vieram anexadas junto com a pauta e com os demais projetos. Seria interessante se você pudesse pedir à Assessoria, enquanto fossem lidos os pareceres, que eles encaminhassem para a gente as emendas, para não ter empecilho de a gente votar os dois projetos hoje, para ninguém questionar que não está tomando ciência das emendas, e acredito que tenham outras emendas de outros vereadores também. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “Tiago, só para esclarecimento, elas vão ser lidas daqui a pouco e encaminhadas, está bom?”. Vereador Thiago Almeida Tito: “está ok”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a proposta do vereador Thiago Almeida. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Nove votos. Será colocado em votação em segundo turno”. 2) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.000/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza concessão de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2021”. Após leitura, Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago Almeida”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Presidente. Vou pedir que consulte novamente o Plenário para a dispensa de interstícios e votar em primeira e segunda votação também, hoje, por favor”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a proposta do vereador Thiago Almeida. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como



estão. Nove votos. Será colocado em votação em segundo turno”. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.001/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a revisão do Plano Plurianual – Quadriênio 2018-2021”. Após leitura, Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago Almeida”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, vou pedir, novamente, que consulte o Plenário para a dispensa de interstícios e votar em primeira e segunda votações também, hoje, e agradecer aos demais colegas”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a proposta do vereador Thiago Almeida. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Nove votos. Será colocado em votação em dois turnos”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Veto Integral do Poder Executivo referente ao Projeto de Lei nº 1.988/2020, autoria dos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio e Fausto Niquini Ferreira, que “Institui o Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com o Veto, permaneçam como estão. Dez votos, resultado da votação. Observação: para o Veto ser derrubado são necessários seis votos. Caso contrário, o Veto será mantido e o projeto remetido ao arquivo. Conforme autorização do Plenário, votaremos os projetos relacionado à LOA. Solicito à Senhora Secretária a leitura da primeira emenda relacionada ao Projeto nº 1.999/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda modificativa ao Projeto de Lei Substitutivo, de 08 de janeiro de 2021, que ‘Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício de



2021'. Fica alterada, por meio de suplementação do valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a seguinte despesa constante do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas: Órgão 19 – Secretaria Municipal de Habitação, unidade 02, Programa de Trabalho 16.482.0411, Despesa 4.4.90.51, Fonte 100 Receita Ordinária, suplementação no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (Página 135/151 do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas). Com o remanejamento proposto a referida rubrica passa a ter o valor total de R\$1.560.000,00 (um milhão quinhentos e sessenta mil reais). A proposta é relativa ao remanejo entre as seguintes rubricas e dotações orçamentárias decorrentes das anulações das seguintes despesas: Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Lima, Unidade 01, Programa de Trabalho 01.031.0001, Despesas 3.3.90.30; Despesa 3.3.90.36 – Despesa 3.3.90.39, Fonte 100 – Receita Ordinária, Remanejo do valor de R\$9.000,00 (nove mil reais) – (Página 1/151 do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas). Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Lima, Unidade 01, Programa de Trabalho 01.031.0001 – Despesa 3.3.90.93, Fonte 100 Receita Ordinária, Remanejo do valor de R\$121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) – (Página 1/151 do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas). Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Lima, Unidade 06, Programa de Trabalho 01.031.0001, Despesa 3.1.90.04, Fonte 100 Receita Ordinária, Remanejo do valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) – (Página 9/151 do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas). Valor total: um milhão de reais. Nova Lima, três de fevereiro de 2021.

Juliana Ellen de Sales e José Carlos de Oliveira – Vereadores”. Senhor Presidente:





“votação da primeira emenda, em discussão, em votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em discussão”. Senhor Presidente: “em discussão. Álvaro, pois não?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “do que se trata essa emenda?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu pedi para mandar. Se mandar por e-mail, vai ficar mais fácil”. Senhor Presidente: “um momento, por favor, Tiago. Vocês irão receber, Álvaro e Tiago”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “questão de ordem”. Senhor Presidente: “Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “se me permite, eu poderia explicar a emenda, já que eu sou coautora dela. Basicamente, eu estou reduzindo o custo da Câmara, tirando um milhão de reais dessas dotações específicas que foram lidas pela vereadora Viviane e destino esse um milhão de reais para a Secretaria de Habitação, para a construção de moradias populares, entendendo que é uma demanda urgente da nossa sociedade, há um déficit habitacional no nosso município que precisa ter um olhar atento de nós, vereadores, para essa questão e, sobretudo, em um momento de pandemia, onde vemos pessoas dentro das suas casas, muitas casas em situações desumanas, insalubres e eu acho que é uma maneira de a gente gastar melhor esse recurso público. A gente pode economizar aqui dentro da Casa, quando eu estive à frente da Presidência da Câmara, de maneira interina, eu estudei o orçamento da Casa e pude perceber que a gente pode, sim, economizar. Inclusive, uma dessas dotações, fala sobre a questão de eventos, festas, celebrações dadas por esta Casa e, em momento de pandemia, não será possível, então, vejo como prioridade destinar esses recursos para a construção de moradias. E, só para se ter uma noção, a gente aumentaria em três vezes o



número de construções, de casas construídas pela Secretaria de Habitação, ou seja, contribuindo ainda mais para reduzir o déficit habitacional do nosso município. Basicamente é isso”. Senhor Presidente: “Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu queria perguntar para o senhor, vereador Anisinho, que está conduzindo a Câmara agora, o senhor que já deve ter tomado pé das coisas, de gastos, enfim, do custo da Câmara, é possível, não é? Eu acho que o senhor, melhor do que ninguém, para nos orientar nessa votação”. Senhor Presidente: “olha, Álvaro, peço aqui licença, viu, Juliana? Para discordar um pouco de você, sobre a sua emenda...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perdão, eu não entendi. Eu não entendi, perdão”. Senhor Presidente: “estou falando um pouco longe, ouviu aí, agora?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “melhorou”. Senhor Presidente: “peço licença para discordar um pouco da Juliana porque, hoje, a gente conhecendo melhor a Casa, a realidade financeira dessa Casa, de antemão, adianto que todo recurso que for economizado neste ano será, através do seu pedido, destinado à habitação, viu, Juliana? Inclusive, se tiver um superávit aqui, de devolução ao Poder Executivo, vai ser destinado também à habitação, porque esse pleito é muito justo, eu que caminhei por Nova Lima, por todos os lugares, esse déficit habitacional de Nova Lima de três mil unidades é muito grande. Está bom, Álvaro? Eu voto contra”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, mas... Está bom, entendi”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “questão de ordem novamente, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu acho que a gente consegue



economizar esse recurso através do nosso próprio gabinete, o exemplo partindo de dentro das nossas salas. Em dois meses estando aqui na Câmara Municipal como vereadora, o meu gabinete já economizou a quantia de vinte mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos. Se os demais vereadores se comprometerem também a economizar o recurso, a gente poderia, inclusive, destinar essa economia dos nossos gabinetes para a construção de moradia. Então, acho que o nosso exemplo aqui pode partir dos nossos gabinetes, porque aqui, dentro de cada gabinete, é a gente que controla os gastos, não é? E assim eu tenho feito, economizando esse recurso para que ele seja melhor aproveitado como, por exemplo, na construção de moradia para quem precisa”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, o senhor me permite aqui, porque fica parecendo que... Acho que a fala da Juliana não ficou boa porque fica parecendo que a gente está gerenciando um valor aqui dentro e, na verdade, nós só temos uma verba aqui, indenizatória, que aí, sim, a gente pode usá-la, usando o total ou não. Os outros valores são só de cargos que fazem parte do gabinete e isso é estipulado por lei. Então, da forma que ela fala, fica parecendo que a gente não está querendo economizar. Eu acredito que o senhor, melhor que ninguém, como foi colocado pelo vereador Álvaro, vai poder nos falar se isso é possível ou não. Eu sei que várias pessoas foram dispensadas, tem acertos para fazer também, referentes às demissões da gestão anterior e, como o senhor falou anteriormente, provavelmente a Câmara pode, sim, devolver um valor no final do ano. Eu sei que não pode ser um valor impositivo, nós não podemos colocar para o Poder



Executivo para onde vai destinar, mas podemos, assim, fazer, de repente, uma orientação para que seja destinado para a questão das casas populares. Então, acho que a gente poderia pedir um parecer, de repente, não sei se vai atrapalhar a votação, da própria Casa, referente a esses custos, para que a gente possa fazer uma votação mais ciente, para não deixar o senhor, que acabou de assumir agora, em uma situação financeira difícil”. Senhor Presidente: “vereador Danúbio, ao final do ano, o que será apurado, certamente, será devolvido ao Executivo, igual falei anteriormente e a destinação, eu acho que são dois pilares fundamentais para Nova Lima, tanto a parte habitacional, como a parte da saúde também, está bom? Pois não, vereadora Juliana Sales”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “já vi que serei voto vencido nessa pauta. Mas, vereador Danúbio, é porque o meu gabinete conseguiu economizar, não somente da verba indenizatória, mas como também da verba de gabinete. Então, é possível, sim, a gente economizar dentro dos nossos próprios gabinetes. Mas, de antemão, então eu peço que os colegas avaliem essa questão de economizarmos o dinheiro e, se não for através da minha emenda, que seja ao final do ano, como bem disse o Presidente Anisinho, como fez a Assembleia Legislativa. O importante é que a gente economize e dê exemplo para a sociedade, porque a sociedade espera da gente bons exemplos e a gente precisa que esse dinheiro seja melhor utilizado. Somos apenas dez vereadores e uma Casa custar vinte e quatro milhões por ano, a meu ver, é inaceitável. Então, que façamos a nossa parte para economizar esse dinheiro, para que ele seja melhor destinado a quem precisa”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “questão de ordem,



Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Thiago Almeida levantou a mão primeiro, depois eu passo para você”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, eu gostaria de parabenizar o senhor porque estou vendo a luta do senhor para reduzir gastos na Câmara. Eu sei que não é fácil, são muitos gastos e o senhor está assumindo agora, já pegou de outra gestão, virou o exercício do mandato, assumiu há pouco tempo, ontem teve a eleição, foi ratificado o seu nome como o nosso Presidente, eu sei das dificuldades que o senhor está encontrando e que os recursos da Câmara são bem limitados, até por algumas questões estruturais que o senhor vai ter que enfrentar pela frente. Então, eu quero parabenizar a sua gestão, eu sei que o senhor fará o possível para fazer redução de gastos e, no final do ano, eu acho que vale a pena, sim, todos os vereadores aqui, a gente sentar e discutir, indicar da melhor maneira possível para a gente talvez indicar para a área habitacional da cidade. Parabenizar a Juliana, também, por ter esse olhar crítico para essa área, a gente sabe das dificuldades que Nova Lima enfrenta, habitacional, eu acho que requer a todos nós, mesmos. No final do ano a gente senta, todos os vereadores, sentamos junto com o Executivo também e fazemos essa devolução do valor que restar, para que seja melhor destinado para a cidade”. Senhor Presidente: “vereador Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “é só para dar continuidade à fala do Thiago e também da Juliana, eu concordo plenamente, foi uma das bandeiras que a gente levantou na nossa campanha, de fazer a diminuição de custos da Casa. Eu acredito que é possível, desde que seja feito de forma consciente e aí, eu mesmo, Senhor Presidente, vou te apresentar um projeto, depois, pessoalmente, para



que o senhor possa analisar e depois nós passamos para os demais vereadores, um projeto para que a gente possa economizar, sim. Mas eu acredito que nesse primeiro momento, se a gente fizer isso, tirando, de repente, dotações de algum lugar sem conhecer, sem o senhor ainda, que está presidindo a Casa, conhecer toda a Casa, em um contexto geral, nós poderemos prejudicar o senhor nesse momento. Então, eu vou te apresentar, depois, um projeto e a gente conversa junto com os demais amigos, eu tenho certeza de que nós vamos conseguir, no final do ano, fazer uma economia. E sugerindo, também, já deixando um compromisso com a Juliana, eu acho que é uma causa que todo mundo aqui se comprometeu, a gente pode sugerir ao Executivo que seja destinada essa sobra, a gente conseguindo economizar no final do ano, para a questão habitacional. Então, Presidente, depois eu vou procurar o senhor no individual e vou te apresentar esse projeto, está bom?”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Danúbio. Votação da primeira emenda. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Eu voto contra. Quem é contrário, se manifeste, por favor. Pois, não... Nem sei, todo mundo levantou a mão. Vamos por...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, é só essa questão de pedir para manifestar porque, senão, não vai ficar claro quem votou e quem não votou”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Zelino”. Vereador Joselino Santana Dias: “voto contra”. Senhor Presidente: “pode falar, estamos ouvindo”. Vereador Joselino Santana Dias: “está aberto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “estou te ouvindo, Joselino”. Vereador Joselino Santana Dias: “estão me ouvindo?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “ele levantou para



votar, não era para falar, não”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “era para votar, porque se manifestou”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é”. Senhor Presidente: “vou perguntar individualmente, é melhor?”. Vereador Joselino Santana Dias: “é isso, é isso aí”. Senhor Presidente: “então, está bom. Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra”. Senhor Presidente: “Claudinho?”. Vereador Cláudio José de Deus: “contra”. Senhor Presidente: “Danúbio?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “contra”. Senhor Presidente: “José Carlos de Oliveira?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “Boi, pode falar”. Vereador José Carlos de Oliveira: “eu voto a favor, a favor”. Senhor Presidente: “a favor. Zelino Santana?”. Vereador Joselino Santana Dias: “contra, Presidente”. Senhor Presidente: “Juliana?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “a favor”. Senhor Presidente: “Thiago Felipe de Almeida?”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “contra”. Senhor Presidente: “Tiago Almeida Tito?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu voto contra e vou fazer a minha justificativa aqui do voto, pedindo licença. Estive como Secretário de Habitação e conheço um pouco da realidade habitacional da cidade. Eu acho que... O Álvaro estava aqui na outra legislatura e o Boi também. Muitas ações foram tentadas ser feitas para que a gente pudesse reduzir esse déficit habitacional. Inclusive, o governo anterior perdeu em torno de quatrocentas unidades do Minha Casa, Minha Vida Faixa Um. E por conhecer os custos, por mais que a iniciativa seja louvável, o recurso daria para, no máximo, vinte a vinte e cinco unidades habitacionais, olhando o custo do Minha Casa, Minha Vida. Então, o desafio é



muito maior do que, simplesmente, uma redução aqui. Acho que a redução dos gastos da Câmara tem que ser feita, os gastos públicos, é uma questão de lógica e de pedido da sociedade. Mas, no caso específico, para enfrentamento mesmo do déficit habitacional de Nova Lima, a situação precisa ser mais de uma amplitude muito maior, de interlocução junto ao governo do estado, governo federal, inclusive, dentro do orçamento público municipal também. Apesar de Nova Lima ser uma cidade privilegiada financeiramente, é muito dificultoso para a cidade, promover, por conta própria, a iniciativa de ser a proponente de tantas unidades habitacionais que vão, realmente, reduzir ou zerar o déficit, no caso, de três mil unidades habitacionais. Então, assim... Parabenizando a vereadora pela iniciativa, os dois vereadores pela iniciativa, mas deixando claro que é um voto de consciência, que também não iria... Iria se reduzir? Claro, uma unidade já se reduz. Mas não seria de forma significativa, o que Nova Lima precisa enfrentar, de peito aberto, que é a questão habitacional. Então, por isso o meu voto contrário. Obrigado pela oportunidade, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereadora Juliana?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “queria pontuar uma questão, após a fala do vereador Tiago, é que o déficit habitacional a gente não o reduz somente com a construção de moradias, não. A gente reduz, também, fazendo cumprir a lei federal de assistência técnica, então pode ter outras políticas públicas habitacionais e com um milhão de reais seria possível tirar pessoas que hoje correm risco, porque a gente vê a chuva e vê gente morrendo dentro da nossa cidade, como vimos no início do ano passado. Então, o valor pode ser pouco? É. O valor é pouco para





reduzir e acabar com o déficit habitacional? Certamente. Mas manter as pessoas morando em situações desumanas, em situações de risco, é ainda pior. Então, eu acho que apesar de ser uma atitude... Um milhão pode parecer pouco, mas para quem mora em área de risco, para quem mora em situação miserável, não é, não. Então, assim, acho que precisamos pensar em outras políticas públicas que não dependam somente de um governo federal que é omissos nessa questão habitacional, um governo estadual que nem se fala dessa questão, a gente tem que trazer a responsabilidade para nós. Eu, como municipalista, defendo que nós, o município, tenhamos nosso plano municipal de habitação e que nós lutemos para que se reduza esse déficit habitacional”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Tiago Tito?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não é um debate, não quero fazer um debate disso, porque minha contribuição foi dada enquanto eu estive como Secretário Municipal de Habitação, mas eu pedi que encaminhasse a emenda, exatamente para ter consciência do meu voto. Mas está falando que é para construção, não para assistência técnica. Então, tem que tomar esse cuidado também na hora de encaminhar a documentação, da forma que está redigido, para que não tenha esse tipo de contestação. No caso, meu voto permanece com coerência em relação ao que está na emenda”. Senhor Presidente: “rejeitada a emenda, por sete votos a dois”. Solicito à Senhora Secretária a leitura da segunda emenda relacionada ao Projeto nº 1.999/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda ao Projeto de Lei nº 1.999/2021. Assunto: construção de Jardim Infiltrante como solução técnica para áreas da Barraginha e Lagoa



Local: Vale do Sol. Valor: R\$ 200.000,00. Dotação: 16 – Secretaria Municipal de Obras de Manutenção e Serv. Urbanos – Investimentos com Construção/Ampliação de Prédios Públicos e Praças. Dotação: 15.451.0411.1019.1019. Descrição da emenda: Prioriza-se, conforme dotação orçamentária destacada, a construção de um Jardim Infiltrante como solução técnica para áreas da Barraginha e Lagoa Seca para a Praça das Águas ou Praça do Tempo no Bairro Vale do Sol. Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, vereador”.

Senhor Presidente: “votação da segunda emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em discussão, Presidente, por gentileza, antes da votação?”.

Senhor Presidente: “pois não, Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para justificar para os colegas que eu não estou tirando recurso de uma secretaria e destinando para outras, eu só estou pedindo para o recurso já existente, previsto para a Secretaria de Obras, que seja dada a prioridade de execução dessa obra, pedido recorrente dos moradores do Vale do Sol e eu tenho certeza de que os moradores Boi e Thiaguinho são conhecedores dessa realidade da região, problema vivido há tempos pelos moradores e que eles esperam, com pressa, com ansiedade, a solução para os problemas das chuvas que causam alagamentos e muitos transtornos na vida dos moradores do Vale do Sol. Portanto, só para explicar e tentar trazer mais conhecimento sobre a referida emenda”. Senhor Presidente: “fazer a votação por nome. Álvaro”.

Vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, questão de ordem também aqui”.

Senhor Presidente: “pois não, Danúbio, por favor”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “só para concluir o que o Álvaro falou, eu estive visitando o Vale do Sol, há



mais ou menos umas três semanas, estive andando lá com o pessoal da associação de bairro, com moradores e, realmente, a situação lá é um pouco caótica. Eu não tenho análise técnica sobre essa questão, se essa obra vai resolver, mas eu tenho certeza de que vai ajudar bastante. Então, já que não está sendo retirado de nenhuma outra pasta e simplesmente está sendo encaminhado para que seja utilizado para isso, eu gostaria de pedir uma atenção de todos os senhores para a gente poder... Meu voto vai ser a favor, já estou deixando claro, para que os senhores também possam avaliar isso, porque realmente vai ser uma obra assim, que pode ajudar muito o pessoal daquela região”.

Vereador Tiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “Thiago Almeida”. Vereador Tiago Felipe de Almeida: “fazer só um adendo ao que o vereador Álvaro falou. Eu, como morador da região, e frequento diariamente o Bairro Vale do Sol, entre outros da nossa região, é uma obra super necessária mesmo. Se o Executivo puder concluir essa obra, já vai ajudar e muito. Acho que vários vereadores estiveram lá, Juliana também esteve lá. A situação lá é caótica mesmo, as chuvas lá afetam muito a população. Eu acho que é muito importante, pode contar com o meu voto também, vereador Álvaro”. Vereador Cláudio José de Deus: “Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Cláudio”. Vereador Cláudio José de Deus: “Anisinho, o Álvaro foi muito feliz nessa colocação dele, porque eu trabalho nessa área tem mais de vinte anos e, realmente, a gente tenta até ajudar lá. Quando chove lá, a condição é muito ruim e acarreta até constrangimentos às pessoas que passam lá, com os carros delas limpos, e vem trazer muitos transtornos para a área. Eu sou a favor dele, porque eu acompanho



essa área há muito tempo e eu trabalho nessa área de relação com a comunidade e eu sei o que está acontecendo”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana Sales?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu conheço de perto a realidade do Bairro Vale do Sol, uma das premissas que regem o meu mandato é o olhar atento e carinhoso aos bairros historicamente esquecidos pelo Poder Público, o que passa pelo Vale do Sol. Eu só tenho uma dúvida, antes de externar o meu voto a essa emenda, é referente ao valor, se o valor atende à demanda, se foi suficiente, se houve um estudo para que se chegasse a esse valor, somente isso. E parabenizar o vereador Álvaro pela emenda”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “boa noite para todos. Tenho vários requerimentos, vários pedidos, fiz vários pedidos ao prefeito João Marcelo agora, pela canalização do córrego, pela água que inunda o bairro todo. Moro lá e conheço a demanda do Vale do Sol. E já vem outro problema também, lá daquela empresa que está construindo à beira do asfalto, que vai mudar também o bairro. Se nós não cuidarmos daquela empresa, a Minas Máquinas, está tendo outro caso seríssimo. Se nós não cuidarmos de lá, vai ter outro problema no Vale do Sol. Outro dia levei um rapaz, o Chicão, do Vale... Um minutinho, por favor... Levei ele lá para mostrar a eles o que está acontecendo no bairro. Levei o pessoal da Vale, que deu certo no dia da chuva, estava correndo aquele mingau, aquela lama vermelha, sujando o carro todo. Aquela Quinta Avenida também, é uma pouca vergonha. Se ali não fizer... Ali, no Vale do Sol, ali é uma caixa d’água. A gente mora aqui no bairro, aqui no Canadá, mas eu passo lá todo dia, no Vale do Sol. O Vale do Sol, hoje, é a caixa d’água de Nova Lima e lá tem



que fazer um serviço bem feito e caprichado, e lá nós temos que olhar com carinho. Parabéns, Álvaro. Vou votar no projeto e quero mostrar que a gente está atento ao Vale do Sol para fazer melhoras: iluminação, irrigação, fazendo tudo no bairro lá, porque lá, hoje, tem só as casas, mas não tem nada no Vale do Sol, não tem estrutura, não tem rede de esgoto, entendeu? Não tem água fluvial, não tem água de nada. Estou junto, Álvaro, com você. Muito obrigado, parabéns. Muito obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para esclarecer, naturalmente houve estudo, eu não apresentaria um valor aleatório, um estudo elaborado, inclusive, pelos engenheiros da prefeitura. E essa não é a única emenda, essa é uma emenda para resolver um dos problemas. Eu creio que vai ser lida, ainda, não sei em qual ordem, mas tem outra emenda, com um valor completamente superior a esse, também relacionada ao Vale do Sol, para tentar minimizar os impactos sofridos nos finais e inícios de ano, no período chuvoso, infelizmente, que os moradores enfrentam lá no bairro”. Senhor Presidente: “pela fala de vocês, eu vou dispensar o voto nominal. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Nove votos a zero. Solicito à Senhora Secretária a leitura da terceira emenda relacionada ao Projeto nº 1.999/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda ao Projeto nº 1.999/2021. Assunto: Obras de drenagem. Local: Vale do Sol. Valor: R\$ 8.000.000,00. Dotação: 16 – Secretaria Municipal de Obras de Manutenção e Serv. Urbanos – Construção/Ampliação das Redes de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário. Dotação Destacada: 17.512.0471.2214.2214, incluindo o



acréscimo de orçamento mediante transferência financeira entre as unidades do órgão o valor de R\$ 1.500.000,00 da doação 15.452.0411.1022.1022 e R\$ 1.500.000,00 da dotação 15.452.0411.1026.1026, destinados a acréscimo ao valor previsto na dotação 17.512.0471.2214.2214. Descrição da emenda: Prioriza-se, conforme dotação orçamentaria destacada, a realização de obras de drenagem do Bairro Vale do Sol. Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, vereador”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana Sales”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu só gostaria de tirar algumas dúvidas com relação à emenda do vereador Álvaro, porque, assim, a questão é o orçamento mesmo. Ele destina cinco milhões do sistema de esgotamento sanitário, que seria do município inteiro, para uma obra específica em um único bairro? É isso, Álvaro, que você está propondo?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “posso responder?”. Senhor Presidente: “pode, pois não, vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vou recapitular um pouco, inclusive a senhora não tem culpa porque, óbvio, é o primeiro mandato. No meio do ano passado, a gente aprova a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e uma das premissas aprovadas é que o governo pode movimentar livre, isso foi aprovado ano passado, todo ano nós aprovaremos ou deliberaremos, não quer dizer que será aprovado da mesma forma que foi aprovado ano passado. Mas o governo pode movimentar livremente trinta por cento do Orçamento sem prévia autorização legislativa, isso já está preconizado na LDO, portanto, é uma premissa da LOA. Eu não quis tirar recurso de nenhuma secretaria e encaminhar para outra, para evitar ou pelo menos tentar evitar o veto por



parte do Executivo, portanto, eu estou pedindo priorização, prioridade. Então, vai ficar a cargo do governo dar prioridade ou não para essa obra e execução dessa intervenção no Bairro Vale do Sol. Não é uma exigência, mas um pedido de priorização e, portanto, do valor previsto para a cidade toda, cinco estão indo para o Vale do Sol. Depois, se o prefeito, naturalmente, quiser optar por essa emenda ou não, ou movimentar os trinta por cento que lhe é permitido, é uma escolha do Executivo”. Senhor Presidente: “esclarecido? Votação da terceira emenda. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Aprovada, nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 1.999/2021 em primeira votação, com as emendas. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 1.999/2021 em segunda votação, com as emendas. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Encaminho o Projeto 1.999/2021 à sanção. Solicito à Senhora Secretária a leitura da primeira emenda relacionada ao Projeto nº 2.000/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda aditiva ao Projeto de Lei 2.000/2021. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõe as seguintes emendas ao Projeto 2.000/2021. Emenda aditiva. Fica acrescida a seguinte entidade na Lei que autoriza a concessão de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2021. Creche Comunitária São Judas Tadeu - Valor: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta



mil reais). Thiago Felipe de Almeida, vereador”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria de ressaltar aos meus colegas a importância desse trabalho para a nossa região, para o nosso município, uma vez a dificuldade que a gente sabe que temos na cidade também em relação à vaga em creches, não são tantas, e as dificuldades que um trabalho social enfrenta no decorrer do seu dia a dia. Eu pude estar presente por oito anos como presidente dessa instituição e sei a luta e as dificuldades que estão por vir ainda, em relação à pandemia, a todo mundo que trabalha na área educacional. Então, eu rogo aos meus colegas que apreciem essa emenda e dê oportunidade para a instituição continuar o seu trabalho. Obrigado, Presidente”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “fazer um aparte ao Thiago. Eu tive a oportunidade de conhecer o trabalho da creche, um trabalho muito sério, um trabalho que é feito com muito carinho por todas as pessoas que lá estão. O Thiago teve a oportunidade de presidir por um bom tempo, e atende com excelência a muitas crianças, não só do Jardim Canadá, mas de Água Limpa e de outros bairros ali próximos. Então, eu vejo com muito bons olhos isso, Thiago, acredito que vai contribuir muito para continuidade dos trabalhos que você e sua família vêm fazendo há muito anos no Jardim Canadá. Conta com o meu apoio, vamos torcer para o Poder Executivo ajudar nesta questão e fazer esse repasse para vocês, para que vocês possam continuar prestando esse trabalho para todas aquelas crianças da região do Jardim Canadá”. Senhor Presidente: “em votação, em discussão. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Pois não, Juliana?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu queria manifestar meu voto





contrário à emenda do vereador Thiago. Eu conheço o trabalho, é um excelente trabalho, é uma das maiores creches, não só do Estado, acho que é da América Latina, não é, Thiago?”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “é, sim”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas eu entendo que essa emenda é inconstitucional e, como membro da Comissão de Legislação e Justiça, eu acho que eu deveria me posicionar expondo esta questão, porque ela cria despesa sem dotação orçamentária, ela tem um vício de iniciativa, ela acresce noventa mil reais à Lei Orçamentária Anual. E, por entender que ela é inconstitucional, eu voto contra”. Senhor Presidente: “eu não escutei bem, Juliana, você vota contra, é isso? Ok. Então, foram oito votos a favor e um contra. Solicito à Senhora Secretária a leitura da segunda emenda relacionada ao Projeto nº 2.000/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda modificativa ao Projeto de Lei 2.000/2021. Art. 1º. Fica acrescida ao rol das subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros previstos no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.000/2021, a seguinte subvenção social: Associação dos Bombeiros Civis de Nova Lima e Região. R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, vereador”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana Sales”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “só queria corrigir a minha fala anterior porque eu falei noventa mil reais, é novecentos e sessenta mil reais”. Senhor Presidente: “eu não estou escutando bem a Juliana. Vou colocar em votação. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Então, foram oito votos a favor e um contra. Isso mesmo, vereadora?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “novamente é



porque eu vejo esse projeto como sendo inconstitucional e nós iniciamos essa sessão discutindo um veto do prefeito. Então, acho que a gente tem que se ater à constitucionalidade dos projetos e das emendas apresentados nesta Casa para que não seja aprovado por essa Casa, encaminhado para o prefeito sancionar e ele não poder sancionar porque o projeto tem vício de iniciativa ou é inconstitucional”. Senhor Presidente: “ok. Solicito à Senhora Secretária a leitura da segunda emenda relacionada ao Projeto nº 2.000/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda ao Projeto de Lei nº 2.000/2021, que autoriza concessão de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2021. Emenda nº 1/2021. Fica alterado através da suplementação do valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o seguinte auxílio, contribuição, subvenção social constante do quadro já existente no art. 1º do mencionado projeto de lei. Apoio para a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes (Hospital Nossa Senhora de Lourdes): R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais), sendo a diferença ora imposta originária das seguintes rubricas e dotação: Órgão 12 – Secretaria Municipal de Saúde, unidade 002, programa de trabalho 10.302.02.12, despesa 3.3.90.39, fonte 159, remanejo do valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). (página 86/151 do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas). Câmara Municipal de Nova Lima. Tiago Tito, Danúbio Machado, José Carlos, Thiago Almeida, Álvaro Azevedo, Juliana Sales, Anísio Clemente, Joselino Santana, Cláudio José de Deus, Viviane Matos”. Senhor Presidente: “em votação, em discussão. Pois não, vereador Tiago”. Vereador Tiago Almeida Tito: “vou até retirar a máscara porque esse



assunto é relevante para gente. Primeiro, agradecer todos os vereadores, essa emenda passa a ser uma emenda da Casa e, quando se trata de saúde pública, a Câmara de Nova Lima, tanto da Legislatura passada, quanto esta, tem dado realmente exemplo de seu compromisso com a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, o nosso Hospital Nossa Senhora de Lourdes, o único cem por cento SUS, porta aberta, não só para Nova Lima, mas para Raposos e Rio Acima também. Para deixar claro, gente, a gente está suplementado de dez milhões para treze milhões o valor da subvenção do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Mas deixar registrado em vídeo, em áudio, que esse valor não é suficiente para que o hospital consiga se manter durante o ano. Lembrando que lá não é hospital público, Nova Lima não possui hospital municipal público, lá é uma fundação, uma entidade que administra aquele hospital, então é mais do que obrigação a prefeitura investir na saúde pública através do... Então, só para deixar claro que esses treze milhões foram debatidos até então com o antigo secretário, o Rafael Guerra, juntamente com a Cássia e também com o pessoal da procuradoria, o Matheus Abalém, eu vou citar os nomes, e foi deixado registrado lá que o município tem o compromisso de fazer um credenciamento para que o hospital possa participar desse credenciamento, fazer jus a prestações de serviços, por exemplo, cirurgias eletivas, exames de alta complexidade, para que ele possa ter esse recurso majorado, para que aí sim, ele tenha o recurso para conseguir os doze meses de prestação de serviços. Quero deixar isso registrado, que pode ser que talvez no meio do ano, o hospital venha até essa Casa, venha até a prefeitura para pedir que se aumente o repasse da subvenção, caso a



prefeitura não faça, não realize esse credenciamento. Estou deixando isso muito claro porque saúde pública, principalmente nesse momento em que a gente está vivenciando, da pandemia da Covid-19, não dá para brincar. Então, a gente está fazendo esta suplementação para dar um gás para que o hospital consiga ficar até meados de junho com esse compromisso de a Prefeitura Municipal de Nova Lima realizar o credenciamento nos moldes que o hospital consiga participar e, aí sim, ter saúde financeira para levar até o final do ano, o segundo semestre. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Solicito à Senhora Secretária a leitura da quarta emenda relacionada ao Projeto 2.000/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “Exmo. Sr. Vereador Anísio Clemente Filho, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. O vereador que este subscreve vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, ancorado nos artigos 139 e 140 da Lei Orgânica deste Município, promulgada em 17 de março de 1990, apresentar a seguinte emenda ao Projeto de Lei que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros no exercício de 2021. Altera a planilha que compõe o art. 1º do Projeto de Lei que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros no exercício de 2021 e o quadro de dotação por órgãos, anexo à Lei Orçamentária Anual de 2021. Art. 1º. Altera a planilha que compõe o art. 1º do Projeto de Lei que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros no exercício de 2021, para conceder subvenções sociais, contribuições e auxílios



financeiros também às instituições que especifica. Entidades e valores: 1- Hospital Nossa Senhora de Lourdes, 10.000.000,00; 2- Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima – FAENOL, 5.000.000,00; 3- Programas Hospitalares, 3.282.238,00; 4- Villa Nova Atlético Clube, 2.500.000,00; 5- Programa Rede Resposta Hospitalar às Urgências e Emergências, 2.400.000,00; 6- Projetos de Proteção Social Especial Média e Alta Complexidade 2.273.000,00; 7- Projetos de Proteção Social Básica, 2.068.200,00; 8- Projetos de Políticas Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, 1.700.000,00; 9- Bolsa escolar – Sebrae/Associação Comercial, 1.500.000,00; 10- Associação dos Servidores Públicos de Nova Lima, 1.320.000,00; 11- Projetos de Políticas Municipais Direitos da Pessoa Idosa, 1.190.000,00; 12- Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes, 980.000,00; 13- Projetos do Fundo Especial para Gestão Ambiental – FEGA, 500.000,00; 14- Projetos de Inovação, 495.000,00; 15- Projetos de Atividades Esportivas, 300.000,00; 16- Creche Comunitária São Judas Tadeu, 960.000,00; 17- Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – FDM, 200.000,00; 18- Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – GRANBEL, 192.000,00; 19- Emater, 180.000,00; 20- Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG, 150.000,00; 21- Projetos de Desenvolvimento Social, 150.000,00; 22- Associação dos Aposentados e Pensionistas de Nova Lima, 100.000,00; 23- Associação dos Catadores de Papeis (Vila Industrial), 100.000,00; 24- Associação dos Condomínios Horizontais - Espaço Social Transformar, 100.000,00; 25- Projetos da Educação, 100.000,00; 26- Corporações Musicais (Corporação Musical



Sagrado Coração de Jesus / Corporação Musical União Operária / Sociedade Musical Santa Efigênia), 90.000,00; 27- Projetos de artes cênicas, visuais e outras atividades culturais, 90.000,00; 28- Associação Casa Rosal, 50.000,00; 29- Associação dos Feirantes da Sexta na Feira, 50.000,00; 30- Associação Turma do Bem, 50.000,00; 31- Casa Assistencial Sara Couto - CASC, 50.000,00; 32- Centro de Assistência Social Edificando, 50.000,00; 33- Projeto ASAS - área de soltura de animais silvestres, 50.000,00; 34- 13º Grupamento Escoteiros Nova Lima, 30.000,00; 35- A. E. Bola de Fogo, 30.000,00; 36- Acadêmico, 30.000,00; 37- Aliados Futebol Clube, 30.000,00; 38- Alto do Gaia Esporte Clube, 30.000,00; 39- Artes da Rua, 30.000,00; 40- Associação Alto do Gaia, 30.000,00; 41- Associação AMALI, 30.000,00; 42- Associação Amigos da Chácara dos Cristais, 30.000,00; 43- Associação Artesãos das Cabeceiras, 30.000,00; 44- Associação Bairro Jardim Serrano, 30.000,00...”.

Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. São cento e quarenta e dois itens, vocês não querem que mande uma foto no grupo e vocês dão uma olhada, para ajudar um pouquinho aí?”. Senhora Secretária: “agradeço, Zelino”. Vereador Joselino Santana Dias: “era para ter sido enviado para todos os caros colegas, porque senão nós vamos estourar o horário de vinte horas”. Senhora Secretária: “podemos fazer assim então, Presidente? Demais instituições?”. Senhor Presidente: “demais instituições, pode fazer”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “Art. 2º. Altera a redação do art. 5º do Projeto de Lei que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros no exercício de 2021, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 5º. Os



repasse autorizados nesta Lei ficam condicionados à disponibilidade orçamentária, inclusive decorrentes de créditos adicionais em qualquer rubrica prevista no orçamento.

Joselino Santana Dias, Vereador”. Senhor Presidente: “votação da emenda. Em discussão, em votação. Pois não, Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem. Eu queria tirar algumas dúvidas com relação à emenda com o vereador Zelino, porque essa emenda propõe um aumento de vinte e dois milhões à lei orçamentária, ela não está tirando de um lugar e colocando no outro, ou há essa pretensão de tirar de algum lugar esses vinte e dois milhões para destinar a essas entidades e essas associações?”. Vereador Joselino Santana Dias: “Juliana, não há pretensão de retirada, é só através das subvenções mesmo”. Senhor Presidente: “ouviu, Juliana?”. Vereador Joselino Santana Dias: “está ouvindo?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “estou, sim. Estou na área”. Vereador Joselino Santana Dias: “está na área? Então, beleza. Não tem pretensão de retirar de lugar algum, de modo algum, e sim, em cima das subvenções mesmo”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas o dinheiro vai vir de onde para pagar essas associações?”. Vereador Joselino Santana Dias: “alô, oi, está ouvindo, Juliana?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “estou te ouvindo. Oi, diga”. Vereador Joselino Santana Dias: “se o município tiver dinheiro, será feito o repasse das subvenções”. Senhor Presidente: “votação da emenda. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Aprovada por oito votos a favor e um contra. Solicito à Senhora Secretária a leitura da quinta emenda relacionada ao Projeto nº 2.000/2021”. A Senhora Secretária proferiu leitura: “emenda substitutiva



02/2021. Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.000/2021, que autoriza concessão de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2021. Fica incluída nas prerrogativas do Projeto de Lei nº 2.000/2021, que autoriza concessão de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros, no exercício de 2021, junto ao seu artigo 1º, a seguinte entidade: Liga Municipal de Desportos de Nova Lima. CNPJ nº 16.850.752/0001-81. R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Constituirão recursos para fazer face ao disposto no artigo 1º deste projeto de lei, o superávit financeiro do exercício de 2020. Tiago Tito, Vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. Quando eu construí essa emenda, o vereador Danúbio e o Claudinho da Vale tinham interesse de assinar e eu coloquei o nome deles. Se eles quiserem assinar, ou alguém mais também se quiser fazer parte, pode ficar à vontade em assinar essa emenda. Lembrando que eu estou fazendo uma emenda não tirando de lugar nenhum, no caso de superávit, aí sim, teria a garantia do recurso para a Liga Municipal de Desportos”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Tiago, eu vou assinar com você. Peço desculpa, você até me mandou uma mensagem, mas acabou que eu não tive tempo de descer para poder assinar, mas vou assinar com você porque eu já entendo que esse valor já é repassado anualmente, eu não sei como é feito pela secretaria, provavelmente tira de alguma dotação. Nesse caso, o senhor está colocando no caso de superávit, que eu acredito que teremos no decorrer do ano. Então, eu vou assinar com o senhor, depois eu vou passar no Parlamentar e vou assinar”. Vereador Cláudio José de Deus: “Tiago, eu vou assinar com você porque hoje em dia o esporte é importante para





as pessoas, então eu vou estar junto com você nessa aí. Beleza?”. Senhor Presidente: “votação da emenda. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam com a emenda, permaneçam como estão. Aprovada por nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.000/2021 em primeira votação, com as emendas. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.000/2021 em segunda votação, com as emendas. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Encaminho o Projeto 2.000/2021 à sanção. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.001/2021 em primeira votação. Em primeira votação, em discussão”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “esse é o PPA?”. Senhor Presidente: “isto. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.001/2021 em segunda e última votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos a zero. Encaminho o Projeto de Lei 2.001/2021 à sanção. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.013/2021 em primeira votação. Em votação, em discussão”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sugestão”. Senhor Presidente: “é o dos professores”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é, se o senhor puder, por gentileza, não só o número, mas falar também do que se trata, até para quem está nos assistindo, eu acho que fica de fácil entendimento”. Senhor Presidente: “tá. Este é o dos



professores. Eu vou voltar, por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.013/2021 em primeira votação. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos a zero. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 2.013/2021 em segunda e última votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Encaminho o Projeto 2.013/2021 à sanção. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem. É a última intervenção que eu faço, prometo”. Senhor Presidente: “fique à vontade”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só a título de sugestão, aproveitando esse início de mandato. Foi uma coisa que eu confesso que deu super certo, eu acho que os vereadores Boi e Tiago vão concordar. No mandato passado a gente limitou, por sessão plenária, a apresentação de dois requerimentos, no máximo, por vereador, seja escrito ou verbal. Não sei inclusive quais são os requerimentos que serão lidos, apresentados hoje, mas a gente colocar esse limite é algo que deu super certo e eu estou sugerindo aqui para que a gente adote essa mesma prática para não ficar enfadonho, ou seja, para que a reunião transcorra de forma mais natural e cada vereador se organiza da melhor forma possível para tratar dos temas necessários dentro apenas de dois requerimentos por sessão. Então, se for interessante, que a gente delibere sobre isso de antemão para que a gente já fique combinado assim para esse mandato todo”. Senhor Presidente: “eu concordo com você, Álvaro. Vou até consultá-la aqui, são nove requerimentos, não sei se fosse um ou dois para cada um está dentro do limite, mas



nós vamos olhar, sim, e deliberar sobre isso. Está bom?”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimento: 1) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a construção de uma descida d’água em degraus, bem como os demais serviços necessários para o recolhimento e escoamento da água, na Rua Levi Firmino Alves (antiga Rua Hum), Bairro Alvorada, que se encontra completamente erodida, trazendo riscos à segurança da população local. Aprovado por oito votos. Vereador Cláudio José de Deus: “Anisinho, questão de ordem. Esse lugar no Alvorada já vem há vários anos acontecendo isso no Alvorada, o pessoal perdeu as casas e cada dia que passa, fica pior. Tem gente que está morando de moradia, depois sai da moradia, tem que ficar arcando com o aluguel próprio. Eu acho que é importante a gente tomar conta deste lugar porque cada dia que passa, as trincas aparecem mais para cima, daqui a pouco pode acontecer um escorregamento lá e a gente perder vida. Não são só casas, porque bem material acaba, a gente perde e consegue outro. O problema todo naquele lugar é vida que pode ser ceifada com o escorregamento daquele local. Obrigada a quem votou. Podem contar comigo, isso é para Nova Lima”. 2) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal adequação e autorização da Secretaria Municipal de Educação para utilização da quadra que fica entre os Bairros Oswaldo Barbosa Pena I e Vale da Esperança (quadra da antiga Utramig). Aprovado por oito votos. 3) Aatoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer à Mesa Diretora encaminhe moção de pesar à família pelo falecimento da senhora Teresa Cristina de Souza Silveira Dias, ocorrido no dia 26 de



fevereiro de 2021. Aprovado por oito votos. 4) Autoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer ao Sr. Prefeito Municipal a criação de uma linha de ônibus direta, entre São Sebastião das Águas Claras e Jardim Canadá, ou ainda, a possibilidade de o ônibus que faz Centro/ São Sebastião das Águas Claras dar continuidade ao trajeto até o Bairro Jardim Canadá. Aprovado por oito votos. Vereador Danúbio de Souza Machado: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só reforçar, Senhor Presidente, agradecer aos amigos por terem votado junto. Essa é uma solicitação dos moradores de Macacos, uma vez a dificuldade que eles têm de estar vindo até o Jardim Canadá que fica mais próximo para a realização de compras. Eu recebi várias demandas de pais de alunos solicitando a transferência de seus filhos que foram encaminhados para a escola do Jardim Canadá, para que eles fossem para alguma escola da área central, justamente por esse problema de ter que pegar duas conduções. Eles têm que fazer um trajeto totalmente oposto, eles saem de Macacos, vão até o BH Shopping, no BH Shopping pegam outra condução para voltar até o Jardim Canadá. Então, vamos torcer para que o prefeito atenda a esse nosso pedido, que a gente possa fazer uma linha direta ou, como sugerido também, a mesma linha que já sai de Nova Lima, área central, para Macacos, que ela possa de repente continuar até o Jardim Canadá. Eu acho que isso ia ajudar bastante a todos os moradores daquela região. Muito obrigado a todos os amigos por terem votado junto”. 5) Autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Sr. Prefeito Municipal a extensão do horário de atendimento do Complexo de Saúde Carmelita Penido de Barros, localizado no Bairro Jardim Canadá, para 24 horas por dia.



Aprovado por oito votos. 6) Autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Requer à Câmara Municipal e ao Prefeito de Nova Lima que o valor economizado no seu mandato parlamentar, nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, decorrente da não utilização da verba indenizatória e da verba de gabinete (R\$ 20.369,66 - vinte mil, trezentos e sessenta e nove reais, sessenta e seis centavos) seja destinado à Secretaria de Habitação para destinação do valor na construção de moradias popular. Aprovado por oito votos. 7) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer seja encaminhada moção de aplausos pelo Dia Internacional da Mulher, data que celebra a importância da mulher, suas lutas e conquistas. Mulheres homenageadas, como forma de carinho e grandeza com que participam do avanço da nossa cidade e que representam todas as mulheres nova-limenses: Maria Auxiliadora da Silva Pinto, conhecida como Beleza; Edna Jacinto; Karina Paula Marques de Carvalho; Else Dorotéa Lopes; Vânia Regina Cuenca Torres; Eliene Costa Arantes; Irlene Aparecida Silva Nunes; Juliana Ellen de Sales. Aprovado por oito votos. Senhor Presidente: “algum outro requerimento?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem. Senhor Presidente, demais vereadores, é só uma moção de pesar pelo falecimento do Humberto Liboni, mais conhecido como Humberto da Casa Estrela. Mandar essa moção de pesar em solidariedade a toda a sua família, suas filhas, Angelina e Lorena, a toda família Liboni. Uma pessoa que sempre contribuiu muito com a nossa comunidade, seja nos carnavais, no Rosário, seja no seu trabalho incansável na Casa Estrela. Infelizmente, nos deixou na semana passada. Encaminhar essa moção de pesar a sua família”. Moção de pesar aprovada por oito



votos. Senhor Presidente: “muito bem lembrado vereador, Tiago”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, eu iria fazer um requerimento verbal sobre a UPA do Jardim Canadá, mas o vereador Boi já fez. Eu estive lá, visitando também, essa semana. Eu acho de tamanha importância, o governo poder pensar na possibilidade de colar a UPA lá 24 horas. Mas eu gostaria de fazer outro requerimento verbal referente à pandemia. Eu tenho recebido várias reclamações no nosso gabinete junto às empresas de transporte público, a Via Ouro e também a Saritur, para que possa haver das empresas um melhor controle referente à pandemia. Parece que os ônibus estão sempre lotados, estão tendo várias reclamações aqui, parece que está tendo diminuição de horários dos ônibus. Então, que a gente possa ter esse comprometimento das duas empresas, que a gente possa oficializá-las e também solicitar ao poder público uma maior fiscalização dessas duas empresas para que a gente possa atender com mais qualidade as pessoas que precisam usar o transporte público todos os dias. A gente sabe que esse vírus está circulando por todos os lugares, eu acredito que os ônibus possam ser, sim, um local de maior transmissão. A gente ter um cuidado maior com as pessoas que utilizam o transporte público, respeitando também todos os protocolos da OMS. Então, eu gostaria de fazer esse requerimento verbal, que a gente pudesse encaminhar às empresas de ônibus e também ao Poder Executivo”. Aprovado por sete votos. Vereador Joselino Santana Dias: “boa noite a todos. Presidente, eu tenho um requerimento para fazer, eu gostaria de contar com o apoio de todos os caros colegas. Fazer um requerimento ao Executivo, que o prefeito João Marcelo olhe, com carinho, a



possibilidade de implantar a nossa tão sonhada quadra esportiva no Bairro Parque Aurilândia. Uma quadra que já vai para mais de vinte e poucos anos de expectativa, onde já foi palco de ilusionismo político, sabe? Então, eu gostaria de contar com o apoio de todos vocês nesse requerimento e que o governo nos ajude, nos abençoe, o mais rápido possível, com esse projeto, porque são mais de vinte anos de espera da população de um bairro que, ultimamente, está descrente do poder público, descrente da política pública por falta mesmo de acontecimentos no nosso bairro, acontecimentos diante do cenário político, claro. Eu conto com o apoio de vocês”. Aprovado por seis votos.

Vereador Joselino Santana Dias: “eu tenho só mais um, Presidente, é coisa rapidinha. É uma moção de aplausos para o nosso parceiro e amigo, para o senhor Wagner Augusto de Freitas, que é o novo presidente do Conselho Deliberativo do Villa Nova. Historiador do Villa, é autor de três livros do Villa Nova, lançou dois almanaques e um livro sobre o centenário”. Aprovado por seis votos. Senhor Presidente: “mais um requerimento, Senhora Secretária”. 8) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a conclusão com urgência da obra na Avenida Presidente Kennedy, Bairro Cabeceiras. Aprovado por seis votos. Senhor Presidente: “quarta parte, tem algum orador inscrito, Senhora Secretária? Não, não é? Vamos ao encerramento, agradecer a presença. Pois não, Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só para não deixar passar em branco, na reunião de ontem foi rápido o final, mas desejar a Vossa Excelência e aos demais membros, Claudinho Vice-Presidente, a Viviane Secretária e o senhor como Presidente, sucesso na empreitada, na



condução dos trabalhos da Casa Legislativa. Acredito que a população espera muito desta Legislatura pela renovação que foi proposta. Apesar de todos os debates judiciais, a gente chega numa normalidade legislativa para poder trabalhar. Então, eu quero deixar registrado, de público, o meu desejo de sucesso nessa condução. Pode contar com a gente naquilo que for possível. Essa é uma construção que se inicia agora, mas é uma construção que a gente precisa lembrar que são quatro anos de trabalho, que a gente possa ter tranquilidade para trabalhar daqui para frente na condução de um villa-novense e, graças a Deus, um villa-novense ponderado. Já teve villa-novense aqui, mas foi difícil, e o senhor é um villa-novense ponderado. Então, sucesso na sua caminhada”.  
Senhor Presidente: “obrigado, Tiago, pelas palavras. E agradecer aos telespectadores que nos viram no YouTube. Uma reunião longa, mas necessária e muito proveitosa para Nova Lima. Agradecemos a presença de todos. Sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---